



Poder Judiciário
Supremo Tribunal Federal

Recibo de Petição Eletrônica

AVISO

É de responsabilidade do advogado ou procurador o correto preenchimento dos requisitos formais previstos no art. 9º, incisos I a IV, da Resolução 693/2020 do STF, sobpena de rejeição preliminar, bem como a consequente impossibilidade de distribuição do feito. O acompanhamento do processamento inicial pode ser realizado pelo painel de petições do Pet v.3 e pelo acompanhamento processual do sítio oficial.

Protocolo	01209143820221000000
Petição	42197/2022
Classe Processual Sugerida	SL - SUSPENSÃO DE LIMINAR
Marcações e Preferências	Medida Liminar
Relação de Peças	1 - Petição inicial Assinado por: MIGUEL FILIPI PIMENTEL NOVAES 2 - Procuração Assinado por: GLEISI HELENA HOFFMANN 3 - Documento comprobatório Assinado por: MIGUEL FILIPI PIMENTEL NOVAES 4 - Documento comprobatório Assinado por: MIGUEL FILIPI PIMENTEL NOVAES 5 - Documento comprobatório Assinado por: MIGUEL FILIPI PIMENTEL NOVAES
Polo Ativo	PARTIDO DOS TRABALHADORES (CNPJ: 00.676.262/0001-70)

Polo Passivo	
Data/Hora do Envio	03/06/2022, às 14:17:08
Enviado por	MIGUEL FILIPI PIMENTEL NOVAES (CPF: 019.019.411-16)

Impresso por: 019.019.411-16
Em: 03/06/2022, às 14:17:11

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, LUIZ FUX

PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT, por seu Diretório Nacional, inscrito no CNPJ n., com sede em Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco C, n. 256, Ed. Toufic, 1º andar, Brasília/DF, neste ato representado por sua Presidenta Nacional, **GLEISI HELENA HOFFMANN**, brasileira, casada, Deputada Federal (PT/PR), endereço funcional na Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Gabinete 232 - Anexo 4, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por seus advogados, com procuração anexa, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.437/1992 e dos arts. 297 e seguintes do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (RISTF), propor a presente:

SUSPENSÃO DE LIMINAR

em face de decisão proferida pelo Exmo. Ministro Nunes Marques, desse eg. Supremo Tribunal Federal - STF, no bojo da Tutela Provisória Antecedente nº 41, oportunidade em que deferiu, em parte, o pedido de suspensão dos efeitos de decisão colegiada do Tribunal Superior Eleitoral – TSE no RO-AIJE 0601585-09.2018.6.25.0000, restaurando o mandato de José Valdevan de Jesus Santos e Jony Marcos de Souza Araújo, bem como das prerrogativas da bancada.

I – SÍNTESE DA DEMANDA

1. Nas eleições gerais de 2018, o então candidato a Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores, **Márcio Costa Macedo**, adentrou a lista de suplentes, havendo sido diplomado como tal pelo respectivo Tribunal Regional Eleitoral.
2. Ultrapassado longo período desde o início da legislatura, o senhor **José Valdevan de Jesus Santos**, um dos eleitos à Câmara dos Deputados pelo Estado de Sergipe no mesmo pleito, por força de decisão proferida pelo e. Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, foi condenado por abuso de poder econômico na Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 0601585-09.2018.6.25.0000, proposta Ministério Público Eleitoral.
3. Remetidos os autos ao e. Tribunal Superior Eleitoral em sede de Recurso Ordinário, julgou-se improcedente os pedidos formulados pela defesa do senhor Valdevan de Jesus, razão pela qual se ordenou a retotalização dos votos ao Tribunal Regional Eleitoral.
4. Feito isso, os réus da mencionada ação eleitoral, em conjunto com sua agremiação partidária, empreenderam diversas estratégias processuais junto a esse eg. Supremo Tribunal Federal para buscar reverter o julgamento do eg. Tribunal Superior Eleitoral, que confirmou a cassação do mandato de José Valdevan de Jesus Santos e ordenou o cumprimento imediato de sua decisão.
5. Inicialmente, o autor Jony Marcos de Souza Araujo ajuizou Reclamação Constitucional, autuada sob o nº 52.490, distribuída à Ministra Cármen Lúcia, oportunidade em que já buscava a suspensão dos efeitos da mencionada decisão.

6. Após decisão que negou seguimento à Reclamação, José Valdevan Jesus Santos, em conjunto com o Partido Social Cristão (PSC) e Jony Marcos de Souza Araújo, apresentou petições com o mesmo pedido nos autos das ADPF's nº 761 e 776, requerendo a suspensão, até o julgamento final das respectivas ADPFs, da execução da decisão proferida pelo Tribunal Superior Eleitoral no que tange à determinação de retotalização de votação e/ou o cumprimento imediato de cassação de mandato.

7. Tendo em vista que os pedidos ultrapassam o caráter subjetivo de ação constitucional, o e. Min. Gilmar Mendes – relator da ADPF nº 776 – determinou a reautuação da petição apresentada como Reclamação (nº 52.654).

8. Já Sua Excelência, o Ministro Nunes Marques, enquanto relator da ADPF nº 761, determinou a reautuação da petição atravessada no bojo da referida ação constitucional como Tutela Provisória Antecedente (nº 41).

9. Esta agremiação, na condição de terceira interessada, no dia posterior à autuação do TPA nº 41, apontou, preliminarmente, a existência de litispendência ou, ao menos, de conexão entre as duas últimas ações. Por essa razão, apontou a necessidade de extinção do presente feito ou, subsidiariamente, de sua remessa ao Exmo. Ministro Gilmar Mendes.

10. Não obstante, em evidente afronta ao princípio do juiz natural, os autores desistiram da Reclamação nº 52.654 e, após a homologação de seu pedido, retornaram aos autos da Tutela Provisória Antecedente - TPA para afirmar que não mais persistira a mencionada litispendência, bem como não existiria

prevenção do Exmo. Ministro Gilmar Mendes.

11. Esta agremiação retornou aos autos da TPA nº 41 fundamentando a inadequação da via eleita pelas partes, bem como a manutenção da prevenção do Exmo. Ministro Gilmar Mendes.

12. No âmbito da Câmara dos Deputados, o Presidente Arthur Lira seguiu com a ordem expedida pelo eg. Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe e, após afastar Valdevan de Jesus do cargo de Deputado Federal, deu posse ao Deputado Márcio Macedo, nos termos da retotalização de votos promovida pela Justiça Eleitoral.

13. Entretanto, em que pese os argumentos lançados pela Justiça Eleitoral, a decisão unânime do Tribunal Superior Eleitoral, a absoluta inadequação da via eleita e prevenção do Ministro Gilmar Mendes, o Exmo. Ministro Nunes Marques, no dia 2 de junho de 2022, deferiu a liminar pleiteada na TPA nº 41 para:

“suspender os efeitos da decisão colegiada por meio da qual o Tribunal Superior Eleitoral julgou o RO-AIJE 0601585-09.2018.6.25.0000, com a conseqüente restauração da validade do mandato dos requerentes e das prerrogativas de sua bancada no contexto da Câmara dos Deputados.”

14. Essa decisão, com as devidas vênias, **atenta contra os preceitos processuais e, gerará grave lesão à ordem pública,** razão pela qual se utiliza da presente via de Suspensão de Liminar para requer desse eg. Supremo Tribunal Federal a restauração da decisão da Justiça Eleitoral, nos termos que se seguem.

II – DO CABIMENTO DA PRESENTE SUSPENSÃO DE LIMINAR

15. Nos termos do art. 4º da Lei nº 8.437/92, caberá a Suspensão de Liminar para sustar o seu cumprimento em caso de manifesto interesse público, bem como para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas. O Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, em seu art. 297, também prevê o cabimento da suspensão de execução de liminar para as mesmas hipóteses.

16. Evidente, portanto, o cabimento desse instrumento processual para questionar a decisão ora impugnada, dado o manifesto interesse público na composição da Câmara dos Deputados.

17. Quanto à legitimidade de agremiação autora, vale destacar o precedente da lavra do então Exmo. Ministro Presidente, Dias Toffoli, na ocasião da Suspensão de Liminar nº 1178, ocasião em que conheceu e deferiu a medida liminar pleiteada pelo Partido Novo, de modo a suspender decisão monocrática proferida pelo Exmo. Ministro Ricardo Lewandowski¹.

18. Tal precedente, portanto, demonstra a um só tempo a legitimidade desta agremiação partidária e o cabimento desse instrumento processual para questionar a decisão liminar proferida por outro Ministro dessa e. Suprema Corte.

¹ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SL nº 1.178. Rel. Min. Dias Toffoli. Disponível em <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15339969275&ext=.pdf>

III – DOS FUNDAMENTOS QUE DEMONSTRAM A IRREGULARIDADE DA DECISÃO PROFERIDA

a. **Do não cabimento do instrumento de Tutela Provisória Antecedente. Da inadequação da via eleita e da supressão de instância.**

19. A Tutela Provisória Antecedente nº 41 tem como origem o desentranhamento de petição encartada pelos autores nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 761, ocasião em que os peticionários pediam que o Exmo. Ministro Nunes Marques, relator da mencionada ação, suspendesse os efeitos de decisão tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

20. O Tribunal Superior Eleitoral, no âmbito da Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 0601585-09.2018.6.25.0000, em sessão Plenária de 17 de março de 2022, **julgou improcedente, por unanimidade, os Recursos Ordinários interpostos pelo senhor José Valdevan Jesus Santos e outros.**

21. Os autores, logo após o julgamento, opuseram Embargos de Declaração contra o acórdão proferido antes mesmo de sua publicação. Pediam, nessas oportunidades, a concessão de efeito suspensivo aos aclaratórios, o que foi negado pelo Exmo. Ministro Relator Sérgio Banhos, em mais de uma oportunidade.

22. Não satisfeitos, **os autores adotaram a estratégia processual acima mencionada, buscando por vias diversas e temerárias a manifestação dessa eg.**



Suprema Corte no sentido de suspender os efeitos da decisão proferida pelo Tribunal Superior Eleitoral.

23. Contudo, há que se destacar não ser cabível o manejo da Tutela Provisória Antecedente, nesse caso, sob pena de se ter violada a competência do Tribunal Superior Eleitoral, **em evidente supressão de instância.**

24. Como disposto nos art. 1.026, §1º, do Código de Processo Civil², **cabe ao próprio Relator a análise da concessão de efeito suspensivo aos Embargos de Declaração**, quando demonstrada a probabilidade de provimento do recurso ou a relevância da fundamentação, desde que haja risco de dano grave ou difícil reparação.

25. Os autores, como dito acima, opuseram Embargos de Declaração em face do acórdão proferido pelo Tribunal Superior Eleitoral e o Ministro Sérgio Banhos, relator, **negou a existência de probabilidade do direito**, de modo **a não conceder o efeito suspensivo pretendido.**

26. Por outro lado, a única hipótese em que os Tribunais Superiores podem analisar eventual pedido de efeito suspensivo, antes da efetiva distribuição dos processos, está prevista no art. 1.029, §5º, inciso I, do Código de Processo Civil, que diz:

²² Art. 1.026. Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.

§ 1º **A eficácia da decisão** monocrática ou **colegiada poderá ser suspensa pelo respectivo juiz ou relator se demonstrada a probabilidade de provimento do recurso** ou, **sendo relevante a fundamentação**, se houver risco de dano grave ou de difícil reparação.



CPC/15

Art. 1.029. [...]

§ 5º **O pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso extraordinário** ou a recurso especial **poderá ser formulado por requerimento dirigido:**

I – ao tribunal superior respectivo, no período compreendido entre a publicação da decisão de admissão do recurso e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-lo;

(destacou-se)

27. Ou seja, esse eg. Supremo Tribunal Federal e, por consequência, quaisquer de seus Ministros, apenas estaria apto a analisar o pedido de efeito suspensivo formulado pelos autores na hipótese que, interposto Recurso Extraordinário, o e. Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral já tivesse realizado o devido juízo de admissibilidade. Este eg. Supremo Tribunal Federal aplicou este mesmo entendimento no Agravo Regimental na TPA nº 23³.

28. Não é o que ocorre no caso concreto. Como se denota das próprias afirmações dos autores, **sequer os Embargos de Declaração opostos foram analisados pela e. Corte Superior Eleitoral**, de modo a não existir encartado naqueles autos os necessários Recursos Extraordinários e, muito menos, a devida análise de admissibilidade por parte de Sua Excelência, o Ministro Presidente do TSE.

29. Por essas razões, é evidente ser incabível o manejo da Tutela Provisória

³ COMPETÊNCIA – RECURSO EXTRAORDINÁRIO – EFEITO SUSPENSIVO – ARTIGO 1.029, § 5º, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. A competência do Supremo para apreciação de efeito suspensivo a recurso extraordinário pressupõe juízo positivo de admissibilidade na origem ou, se negativo, interposição de agravo visando a sequência. (STF – 1ª Turma – AgRg TPA nº 23 – Rel. Min. Marco Aurélio – DJE 23/11/2020).

Antecedente, sob pena de se violar a competência do Ministro Relator Sérgio Banhos, e de Sua Excelência, Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que seriam responsáveis por analisar eventuais pedidos de efeito suspensivo em momento anterior a esse e. Supremo Tribunal Federal.

30. Essa eg. Suprema Corte, inclusive, já editou duas Súmulas acerca da matéria de conhecimento de pedidos de efeito suspensivo em Recurso Extraordinário, no sentido de não competir ao Supremo Tribunal Federal a análise de medida cautelar antes do respectivo juízo de admissibilidade. Vejamos:

Súmula 634/STF: Não compete ao Supremo Tribunal Federal conceder medida cautelar para dar efeito suspensivo a recurso extraordinário que ainda não foi objeto de juízo de admissibilidade na origem.

Súmula 635/STF: Cabe ao Presidente do Tribunal de origem decidir o pedido de medida cautelar em recurso extraordinário ainda pendente do seu juízo de admissibilidade.

31. O Ministro Ricardo Lewandowski, nos autos da TPA nº 27, em análise de matéria que muito se assemelha à presente, **decidiu pelo não conhecimento do pedido justamente em razão de os Embargos de Declaração não terem sido objeto de julgamento pelo Plenário do TSE:**

Decisão

Trata-se de tutela provisória antecedente requerida por Marcos da Rocha Mendes para suspender a eficácia de acórdão do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, assim ementado:



PARTIDO DOS TRABALHADORES
Diretório Nacional

“ELEIÇÕES 2016. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ABUSO DO PODER ECONÔMICO. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 275 DO CE; 489 E 1.022 DO CPC. INEXISTÊNCIA. CAUSA MADURA. LEGITIMIDADE DO MPE PARA RECORRER DA SENTENÇA QUE ASSENTOU A DECADÊNCIA DA AÇÃO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. EXIGÊNCIA SOMENTE ENTRE AUTORES DO ILÍCITO E CANDIDATOS BENEFICIADOS. PRECEDENTES. ABUSO DO PODER ECONÔMICO. COMPRA DE RENÚNCIA À CANDIDATURA. CONFIGURAÇÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N° 24/TSE. AGRAVO DESPROVIDO

[...]

É o relatório. Bem examinados os autos, **verifico ser o caso de não conhecimento da tutela provisória antecedente.** Preliminarmente, observo que a tutela provisória antecedente deve ser requerida ao juízo competente para conhecer do pedido principal (art. 299 do CPC). Desta forma, o parágrafo único do referido dispositivo preceitua que, ressalvada disposição especial, na ação de competência originária de tribunal e nos recursos a tutela provisória será requerida ao órgão jurisdicional competente para apreciar o mérito.

Assim, **a competência do Supremo Tribunal Federal só poderia ser instaurada após o juízo positivo de admissibilidade do recurso extraordinário, o que não se verifica no presente caso.** Confira-se:

[...]

Na espécie, ainda encontra-se pendente o julgamento dos embargos de declaração pelo Plenário do TSE, de modo que a competência para analisar os pedidos de tutela de urgência é da Corte eleitoral.

[...]

Ressalto, por fim, que o entendimento explicitado encontra-se sumulado nos verbetes 634 e 635 desta Suprema Corte, litteris: “Súmula 634/STF: Não compete ao Supremo Tribunal Federal conceder medida cautelar para dar **efeito suspensivo** a recurso extraordinário que ainda não foi objeto de juízo de



PARTIDO DOS TRABALHADORES
Diretório Nacional

admissibilidade na origem.” “Súmula 635/STF: Cabe ao Presidente do Tribunal de origem decidir o pedido de medida cautelar em recurso extraordinário ainda pendente do seu juízo de admissibilidade.”

Isso posto, **não conheço do pedido de tutela provisória antecedente** (art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal). Remetam-se os autos com urgência ao Tribunal Superior Eleitoral para as providências que entender cabíveis.

(TPA 27 / RJ - RIO DE JANEIRO. Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI. Julgamento: 13/11/2020. Publicação: 16/11/2020)

32. A decisão liminar ora impugnada, portanto, ao agir de modo contrário aos entendimentos sumulares editados por essa eg. Corte, bem como em divergência de diversos precedentes também do Supremo Tribunal Federal. **A supressão de instância, no presente caso, viola a ordem pública, motivo pelo qual a decisão liminar do eg. Min. Nunes Marques deve ser cassada representa uma afronta às regras processuais impostas, além de violar a competência do Tribunal Superior Eleitoral e o princípio da segurança jurídica.**

33. Assim, a exemplo da decisão tomada pelo e. Ministro Ricardo Lewandowski, e fundado nos entendimentos das Súmulas nº 634 e 635 desse eg. Supremo Tribunal Federal, entende-se pela inadequação da via de Tutela Provisória Antecedente para analisar o caso mencionado, de modo a se requerer, desde já, a concessão da presente Suspensão de Liminar para cassar a decisão proferida pelo eg. Ministro Nunes Marques.

b. Da violação ao princípio do juiz natural. Da manutenção da prevenção do

Ministro Gilmar Mendes. Art. 59 do Código de Processo Civil.

34. Caso superada a questão da inadequação da via eleita, ainda persiste a violação ao princípio do juiz natural, porquanto necessária a remessa do presente feito ao eg. Ministro Gilmar Mendes, em razão de sua prevenção.

35. Em síntese, o senhor José Valdevan Jesus Santos, em conjunto com o Partido Social Cristão e Jony Marcos de Souza Araújo, peticionou nos autos das ADPF's nº 761 e nº 776. A primeira trata da aplicação de efeito suspensivo aos recursos interpostos referentes às eleições de 2018. A segunda, por sua vez, trata do mesmo tema, mas para o pleito de 2020.

36. Ambas as petições possuem o mesmo condão, qual seja, suspender, até o julgamento final da respectiva ADPF, a execução as decisões do Tribunal Superior Eleitoral referentes ao pleito de 2018 que tenham determinado a retotalização de votação e/ou o cumprimento imediato de cassação de mandato.

37. O Exmo. Ministro Gilmar Mendes, relator da ADPF nº 776, proferiu despacho em 29.03.2022, determinando o desentranhamento da referida petição naqueles autos, pois veicula pleito subjetivo que supera o caráter objetivo e abstrato objeto da ação constitucional. Sendo assim, sugeriu a reatuação da petição como reclamação, o que foi feito, havendo sido autuada sob o nº 52.654.

38. Em 05.04.2022, o Exmo. Min. Gilmar Mendes proferiu despacho nos autos da reclamação mencionada, determinando que os então Reclamantes apresentassem emenda à inicial.

39. A petição apresentada no bojo da ADPF nº 761, por sua vez, foi apreciada pelo Exmo. Ministro Nunes Marques, relator do feito, em 25.04.2022. Na oportunidade, Sua Excelência determinou a sua reatuação como Tutela Provisória Antecedente, tendo em vista que o seu pedido ultrapassa o objeto daquela ação constitucional. A reatuação ocorreu em 26.04.2022, recebendo o número de TPA nº 41.

40. Pela leitura das petições apresentadas em ambas as ações, inegavelmente pelas mesmas partes, tem-se que seu escopo é o mesmo, qual seja, decisão que cassou o mandato do senhor José Valdevan de Jesus Santos em razão de condenação por abuso de poder econômico em AIJE e que, por consequência, houve a retotalização dos votos, determinando-se o seu imediato afastamento e a imediata posse do senhor Márcio Macedo.

41. Não fosse só isso, ambas as petições possuem pedido idêntico, qual seja, a suspensão, até o julgamento final da respectiva ADPF, da execução das decisões do eg. Tribunal Superior Eleitoral referentes às eleições de 2018 que tenham determinado a retotalização de votação e/ou cumprimento imediato de cassação de mandato.

42. Isto posto, tendo em vista que as petições foram reatuadas como ações autônomas, uma sendo a Reclamação nº 52.654 e a outra sendo a Tutela Provisória Antecedente nº 41, tinha-se por evidente a configuração de litispendência, haja vista que foram apresentadas pelas mesmas partes, possuem o mesmo escopo e pedido idêntico. Entretanto, em violação ao princípio do Juiz Natural, os então Reclamantes desistiram do feito, arguindo dessa maneira a extinção da dita litispendência.

43. Contudo, há que se destacar a manutenção da necessidade de remessa dos autos da Tutela Provisória Antecedente ao Min. Gilmar Mendes, pois, nos termos do art. 59 do Código de Processo Civil⁴, a prevenção decorre do registro e/ou distribuição da petição inicial.

44. Sendo assim, considerando-se que **a petição inicial da Reclamação nº 52.654 foi autuada no dia 1º de abril de 2022, ao passo que a Tutela Provisória Antecedente – TPA nº 41 apenas foi autuada no dia 26 de abril de 2022**, tem-se que o juízo prevento em razão do registro e distribuição da petição inicial é o Exmo. Min. Gilmar Mendes.

45. A movimentação temerária provocada pelos autores – de desistência da Reclamação –, não possui o condão de afastar a prevenção existente, sob pena de violação ao princípio do Juiz Natural, abrindo margem à possibilidade de a parte eleger o juízo responsável pelo seu processo.

46. Dessa maneira, a decisão ora impugnada também padece de nulidade em razão da violação à prevenção do Min. Gilmar Mendes, em afronta ao princípio do Juiz Natural, o que reforça a necessidade de sua suspensão.

c. Da inexistência de probabilidade do direito no pedido formulado na Tutela Provisória Antecedente.

47. Para além da ausência de previsão legal e jurisprudencial para a medida

⁴ Art. 59. O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo.

processual manejada por José Valdevan de Jesus dos Santos e outros, também se destaca no presente caso a inexistência da probabilidade do direito nas argumentações lançadas mão pelos autores da Tutela Provisória Antecedente. Tal compreensão não é resultado do exame hermenêutico formulado por essa agremiação partidária, mas da própria cognição do Tribunal Superior Eleitoral, em decisão proferida pelo eg. Ministro Sérgio Banhos.

48. Em síntese, o Tribunal Superior Eleitoral, em decisão unânime, ratificou a decisão proferida pelo Tribunal Regional Eleitoral – TER de Sergipe, também por unanimidade, e condenou por abuso de poder econômico o senhor José Valdevan de Jesus Santos, candidato a deputado federal eleito em 2018 pelo Estado de Sergipe, Evilázio Ribeiro da Cruz e Karina dos Santos Liberal, coordenadores de campanha do parlamentar, e Rafael Meneguesso Lima, então vice-prefeito de Arauá/SE.

49. As condutas praticadas pelos condenados, tamanha sua reprovabilidade, deram causa à ordem de perda do cargo eletivo, assim como a decretação de suas inelegibilidades – com exceção de Rafael Lima.

50. Por evidente, em que pese a discussão existente a respeito do efeito suspensivo nos Recursos Ordinários interpostos no âmbito da Justiça Eleitoral, o caso em comento já ultrapassou tal etapa processual, estando em Embargos de Declaração em Recurso Ordinário Eleitoral, que não possui efeito suspensivo – nos termos do art. 1.026, *caput*, do Código de Processo Civil.

51. Após a análise dos aclaratórios que, salvo exceções, não comporta a possibilidade de alteração do resultado do julgamento, seria cabível apenas o

manejo do respectivo Recurso Extraordinário, buscando trazer ao conhecimento dessa e. Corte a discussão de eventual tese constitucional, com repercussão geral, que possa existir nos autos.

52. Não obstante, foi pleiteada pelos condenados a concessão de efeito suspensivo aos Embargos de Declaração, o que foi veementemente rechaçado pelo Exmo. Min. Relator, Sérgio Banhos, nos seguintes termos:

“Na espécie, o partido, ora embargante, pretende que sejam sustados os efeitos da decisão proferida nos presentes autos, cujo julgamento ocorreu na sessão de 17.3.2022, na qual, entre outras sanções, este Tribunal manteve a cassação do deputado federal José Vandelman de Jesus, mas determinou a nulidade dos votos do parlamentar e nova retotalização na referida eleição proporcional, com a comunicação imediata da decisão ao TRE/SE.

A despeito dos argumentos alinhavados pela agremiação, **já formulados pelo primeiro suplente da coligação do deputado cassado em idêntico pedido anteriormente examinado**, observo que a jurisprudência desta Corte Superior se pacificou no sentido de que a condenação por abuso de poder nas Eleições de 2018 enseja a retotalização da votação proporcional, a teor dos seguintes julgados: Recurso Ordinário 0603900-65, julgado em 13.10.2020; e Recurso Ordinário 0603902-35, julgado em 27.10.2020.

Sobre essa matéria, este Tribunal já decidiu que *“os princípios da segurança jurídica e da impessoalidade norteiam a aplicação da jurisprudência desta Corte Superior, de forma a justificar a aplicação, em casos semelhantes, de igual entendimento jurisprudencial a todos os feitos de uma determinada eleição”* e que, *“para as eleições de 2018, os votos atribuídos aos candidatos cassados em virtude do cometimento de ilícitos eleitorais devem ser considerados nulos, nos termos do art. 222, c.c. o art. 237, do CE, ainda que, na data do pleito, o pedido de registro de candidatura estivesse deferido”* (RO-EL 0601236-07, rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJE de 12.4.2021).

Por outro vértice, cito, ainda, o seguinte trecho da ementa do acórdão no RO-EL 0601423-80, rel. Min. Edson Fachin, DJE de 4.12.2020, *leading case* que norteou a diretriz jurisprudencial do TSE sobre o tema exposto pelo embargante:



DO DESTINO DOS VOTOS DIRECIONADOS A CANDIDATOS CASSADOS EM ELEIÇÕES PROPORCIONAIS EM MOMENTO POSTERIOR À VOTAÇÃO

- 1. A despeito da identificação de uma tendência pela aplicação do disposto no art. 175, § 4º, do Código Eleitoral, existem nesta Corte precedentes solucionados sob o pálio do art. 222 do mesmo diploma.*
- 2. Em adição, a aprovação do art. 198, inciso II, b e §5º da Resolução nº 23.611/2019 pode ser interpretada como sinal indicativo de uma possível mudança de percepção quanto ao destino dos votos amealhados por vereadores ou deputados cassados por parte da composição atual deste Tribunal.*
- 3. Dentro desse panorama, interessa que o tema dos efeitos da anulação de votos em pleitos proporcionais seja problematizado, com o fim de traçar uma linha de entendimento clara e segura, na esteira do que preconiza o art. 926 do Código de Processo Civil.*
- 4. A matéria diz com o tratamento jurídico dos votos obtidos por candidatos cassados postumamente em pleitos proporcionais, os quais podem, a depender da perspectiva adotada, ser completamente anulados (culminando com o refazimento dos cálculos dos quocientes eleitoral e partidário) ou, alternativamente, ser aproveitados pelo partido ou coligação pelo qual concorreram, hipótese em que os cargos vacantes seriam ocupados pelos primeiros suplentes das respectivas listas.*
- 5. As regras plasmadas nos arts. 222 e 237 do Código Eleitoral são especiais em relação ao cânone do art. 175, § 4º, tendo em vista que disciplinam, especificamente, situações de extinção anômala ocasionadas pela incidência de faltas eleitorais de primeira grandeza. Os dois primeiros artigos, nessa toada, cobram aplicação peculiar e, portanto, prevalente no âmbito do direito eleitoral sancionador, ao tempo em que a norma residual (art. 175) prepondera em seu campo específico, relacionado com a análise da habilitação jurídica dos indivíduos que almejam cargos de representação eletiva.*
- 6. Também assim, o apartamento dos espectros de incidência é denunciado a partir de um exame topológico, o qual revela que, na quadra do Código, o art. 175 situa-se em apartado geral, direcionado à "Apuração das urnas" (Capítulo II), enquanto os arts. 222 e 237 encontram morada em um segmento particularmente voltado à regulação dos efeitos das "Nulidades da Votação" (Capítulo IV).*



PARTIDO DOS TRABALHADORES

Diretório Nacional

7. *Em conjugação com os critérios mencionados, vem a lançar a relevância da interpretação sistemática no processo de decodificação do sentido das normas eleitorais. Por esse critério, cabe ao intérprete recordar que o ordenamento eleitoral é mais do que um mero agregado de normas, consubstanciando, pelo contrário, uma estrutura coerente, dentro da qual as regras componentes devem, sempre que possível, ser compreendidas como elementos que convivem em harmônica conexão.*

8. *Assim sendo, na solução de celeumas envoltivas de regras eleitorais, cumpre privilegiar leituras que permitam interpretar duas ou mais normas supostamente em conflito de maneira tal que a incompatibilidade desapareça.*

9. *Ao lado desses argumentos, cabe observar que o § 4º do art. 175 do Código Eleitoral autoriza o aproveitamento do apoio eleitoral pelo partido do candidato excluído com esteio na ideia de que o simples descumprimento de requisito essencial para o exercício do direito à candidatura não enseja dúvidas nem suspeitas sobre a retidão da vontade externada pelo eleitorado.*

10. *Em contrapartida, a intervenção de práticas comprometedoras da liberdade de sufrágio ou da igualdade na disputa introduz, nessa equação, um sério elemento de incerteza que, na prática, impede que as autoridades judiciais possam presumir a existência de uma reta congruência entre a expressão matemática das urnas e a autêntica vontade do corpo político.*

11. *A fraude, a coação, o abuso de poder e os demais comportamentos proscritos pelos arts. 222 e 237 do Código Eleitoral constituem, em essência, circunstâncias que comprometem, em um nível micro, o elemento volitivo da escolha política e, em um nível macro, a validade jurídica do conjunto de manifestações apuradas em um certo sentido. Como decorrência, soa incongruente conceber a existência de votos que, inequivocamente viciados por uma determinada mirada, ressaíam imaculados e juridicamente válidos quando vistos por outro ângulo.*

12. *Embora a saída autorizada pelo art. 175, § 4º favoreça a lógica do aproveitamento do voto, na medida em que a manifestação cívica resulta prestigiada, minimamente, pela validação da componente partidária da escolha, interferências ilícitas nos trilhos do certame afetam a sua normalidade e, conseqüentemente, impossibilitam a descoberta da autêntica opinião dos votantes.*

13. *As decisões judiciais que reconhecem práticas comprometedoras da legitimidade eleitoral têm como efeito a quebra do paradigma da intangibilidade da vontade popular. A*



PARTIDO DOS TRABALHADORES
Diretório Nacional

Constituição Federal assegura a prevalência da decisão majoritária apenas na quadra de mandatos obtidos sem abuso. Depreende-se da Carta constitucional que a legitimidade é um valor que se sobrepõe ao princípio da maioria. Precedentes.

14. Nesse panorama, em casos como o que se apresenta, a anulação do apoio obtido se revela aconselhável, como reflexo do princípio da proibição do falseamento da vontade popular.

15. Em vista do que antecede, em eleições regidas pelo sistema proporcional, a cassação de mandato ou diploma em ação autônoma decorrente de ilícitos deve ensejar a anulação da votação recebida, tanto para o candidato como para o respectivo partido, ficando afastada a aplicação da solução de utilidade parcial plasmada no art. 175, §§ 3º e 4º, do Código Eleitoral.

Em face desses inúmeros precedentes atinentes ao referido pleito geral de 2018, não vislumbro o *fumus boni iuris* suscitado pelo ora embargante, ao pretender que seja decotada a determinação de retotalização dos votos para o cargo de deputado de Sergipe/SE e, ainda, sustada a execução imediata da decisão desta Corte Superior.

Pelo exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo aos embargos de declaração opostos pelo PSC.

53. Dessa maneira, tal como mencionado anteriormente, o juízo competente para analisar eventual efeito suspensivo sobre o caso – que sequer conta com a peça de Recurso Extraordinária encartada aos autos, dada a pendência da análise dos Embargos de Declaração opostos –, em aprofundada análise jurisprudencial do Tribunal Superior Eleitoral, entendeu pela inexistência de *fumus boni iuris* nas alegações proferidas.

54. Os autores da Tutela Provisória Antecedente - TPA pretendem subverter a ordem das regras processuais para reaver o mandato do parlamentar, violando a segurança jurídica e a previsibilidade das decisões da Corte Superior Eleitoral – TSE.



55. Pelo princípio da segurança jurídica, bem como pela própria organicidade do direito, não configura probabilidade do direito a compreensão reducionista de que eventual entendimento firmado no âmbito da Justiça Eleitoral – sobretudo nos casos de abusos de poder – apenas poderão ser aplicadas pelo pleito seguinte.

56. O princípio da anualidade eleitoral, previsto no art. 16 da Constituição da República, serve para igualar as chances entre os candidatos e dar previsibilidade às regras que serão válidas durante o pleito. Tal princípio, por sua vez, não pode servir de subterfúgio para se anular a atuação de Justiça Eleitoral, tirando-a o poder sancionatório efetivo. Em verdade, é preciso reafirmar a competência e a autoridade da e. Corte Superior Eleitoral, compreendendo a sua especialidade e o seu papel constitucional de consolidação da jurisprudência nacional, **especialmente em casos em que a jurisprudência firmada advém de interpretação conforme à Constituição, e os recursos, na Corte Eleitoral, sequer foram esgotados.**

57. Esse eg. Supremo Tribunal Federal, em mais de uma oportunidade, já reconheceu que o princípio da anualidade eleitoral – tal como todos os demais preceitos fundamentais – não é absoluto, podendo ser mitigado em casos específicos, a exemplo do julgamento da ADI nº 5970⁵, da análise da

⁵ EMENTA Ação direta de inconstitucionalidade. Artigo 39, § 7º, da Lei nº 9.504/1997. Proibição de showmícios ou eventos assemelhados não remunerados. Ausência de contrariedade à liberdade de expressão e ao princípio da proporcionalidade. Artigo 23, § 4º, inciso V, da Lei nº 9.504/1997. Doações eleitorais mediante promoção de eventos de arrecadação organizados diretamente pelo candidato ou pelo partido político. Interpretação conforme à Constituição. Possibilidade de realização de apresentações artísticas ou shows musicais em eventos destinados à arrecadação de recursos para campanhas eleitorais. Pedido julgado parcialmente procedente. [...] 6. Ação direta de inconstitucionalidade julgada parcialmente procedente, reconhecendo-se como parte do escopo do art. 23, § 4º, inciso V, da Lei nº 9.504/1997 a possibilidade de realização de apresentações artísticas ou shows musicais em eventos de arrecadação de recursos para

constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa e na ADP nº 738 (MC – Ref)⁶

58. No caso em comento, compreende-se, salvo melhor juízo, não ser adequada a adoção de interpretação restritiva à aplicação da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral que visa penalizar aqueles que, comprovadamente, atuaram em desconformidade com o direito.

59. Em síntese, a aplicação do princípio da anualidade eleitoral no presente caso seria compreender que a Constituição da República permite que condenados por abuso de poder continuem a exercer os cargos para os quais foram eleitos de modo injusto e irregular, o que, evidentemente, é incompatível com os valores constitucionais relacionados ao exercício de direitos políticos e à ocupação de cargos por parlamentares no Brasil, não deve prosperar.

campanhas eleitorais, não se aplicando o princípio da anualidade eleitoral a esse entendimento. (Plenário – ADI nº 5.970 – Rel. Min. Dias Toffoli – DJE 08.03.2022).

⁶ REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR EM ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. POLÍTICAS PÚBLICAS DE CARÁTER AFIRMATIVO. INCENTIVO A CANDIDATURAS DE PESSOAS NEGRAS PARA CARGOS ELETIVOS. VALORES CONSTITUCIONAIS DA CIDADANIA E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. [...] NÃO INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE OU ANUALIDADE (ART. 16 DA CF/1988). MERO PROCEDIMENTO QUE NÃO ALTERA O PROCESSO ELEITORAL. PRECEDENTES. MEDIDA CAUTELAR REFERENDADA. [...] III – O entendimento do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que só ocorre ofensa ao princípio da anterioridade nas hipóteses de: (i) rompimento da igualdade de participação dos partidos políticos ou candidatos no processo eleitoral; (ii) deformação que afete a normalidade das eleições; (iii) introdução de elemento perturbador do pleito; ou (iv) mudança motivada por propósito casuístico (ADI 3.741/DF, de minha relatoria). Precedentes. IV - No caso dos autos, é possível constatar que o TSE não promoveu qualquer inovação nas normas relativas ao processo eleitoral, concebido em sua acepção estrita, porquanto não modificou a disciplina das convenções partidárias, nem os coeficientes eleitorais e nem tampouco a extensão do sufrágio universal. Apenas introduziu um aperfeiçoamento nas regras relativas à propaganda, ao financiamento das campanhas e à prestação de contas, todas com caráter eminentemente procedimental, com o elevado propósito de ampliar a participação de cidadãos negros no embate democrático pela conquista de cargos políticos. V – Medida cautelar referendada. (STF – Plenário – ADPF nº 738 (MC – Ref). Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJE 29/10/2020).

60. Assim, também por essas razões é evidente a inexistência da probabilidade do direito na Tutela Provisória Antecedente, razão pela qual se pugna pelo provimento da presente Suspensão de Liminar.

IV – DO PEDIDO DE LIMINAR

61. A questão é urgente. **Avizinha-se o prazo para a Justiça Eleitoral promover a retotalização dos votos válidos para Câmara dos Deputados**, de forma a estabelecer o exato parâmetro de cálculo para o cômputo do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para as eleições de 2022.

62. Ademais, tendo em vista que o senhor Márcio Macedo (PT/SE) já foi empossado no cargo de Deputado Federal pelo estado de Sergipe, no dia 28 de abril de 2022, é certo que a execução da decisão liminar impugnada representa riscos concretos ao seu mandato, que já foi impedido de exercer pela maior parte da legislatura, a demonstrar a urgência da causa.

63. É preciso o **reconhecimento da autoridade do Tribunal Superior Eleitoral e de suas decisões**, sob pena de se impor maior insegurança jurídica no cenário jurídico eleitoral.

64. Restam apenas 6 meses para o fim da legislatura, de tal sorte que, a decisão em questionamento, **representa evidente risco ao resultado útil do processo e provocará insegurança jurídica quanto à estabilidade das decisões proferidas pelo e. Tribunal Superior Eleitoral, especialmente quando as vias processuais, naquela Corte, ainda não foram totalmente esgotadas.**

65. Sendo assim, a considerar: i) a inadequação da via de Tutela Provisória Antecedente; ii) a violação ao Princípio do Juiz Natural; e iii) a inexistência da *fumus boni iuris* no pedido formulado pelos autores da TPA; é evidente a probabilidade do direito dessa Suspensão de Liminar, bem como o perigo da demora, inclusive o risco ao resultado útil do processo, de modo a ser necessária a suspensão imediata da execução da decisão proferida pelo e. Ministro Nunes Marques na Tutela Provisória Antecedente nº 41.

V – DOS PEDIDOS

66. Por todo o exposto, o Partido dos Trabalhadores, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, requerer o conhecimento e processamento da presente Suspensão de Liminar e:

- a. **Liminarmente**, que se suspenda a decisão proferida pelo e. Ministro Nunes Marques nos autos da Tutela Provisória Antecedente nº 41, de modo a se manter incólume a decisão proferida pelo e. Tribunal Superior Eleitoral nos autos da Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 0601585-09.2018.6.25.0000, com a consequente posse do Deputado Federal Márcio Macedo (PT/SE);
- b. No **mérito**, que se confirme os efeitos da liminar, de tal sorte a cassar a decisão proferida por Sua Excelência, Ministro Nunes Marques, porquanto inadequada a via eleita, em evidente supressão de instância, bem como por não existir probabilidade do

direito que justifique a reversão liminar da decisão da Justiça Eleitoral.

67. Por fim, informa-se a impossibilidade de juntar a íntegra da decisão impugnada tendo em vista que, apesar de já expedidos os ofícios com vistas ao cumprimento, não houve a sua disponibilização a esta agremiação requerente até o presente momento, comprometendo-se a fazer a sua juntada assim que possível.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília, em 3 de junho de 2022.

Angelo Ferraro
OAB/DF 37.922

Marcelo Schmidt
OAB/DF 53.599

Miguel Novaes
OAB/DF 57.469

Eduarda Silva
OAB/DF 49.704